

Maioria do Conselho Estadual de Educação de SP é vinculada ao setor privado

Indicados apenas pelo governador e secretário de educação, 59% dos conselheiros são ligados à iniciativa privada; 1/3 exerce o cargo há mais de nove anos, o equivalente a três mandatos

Levantamento feito pelo **Observatório da Educação** constatou que há, entre os titulares do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), uma predominância de pessoas ligadas a entidades privadas, sendo sócios, representantes ou consultores do setor (59%). O segundo grupo mais representado é composto por professores ou pesquisadores de instituições acadêmicas – públicas ou privadas (51%). Um conselheiro pode representar mais de um segmento (ex.: privado e acadêmico). Veja os critérios e a tabela completa ao final do texto.

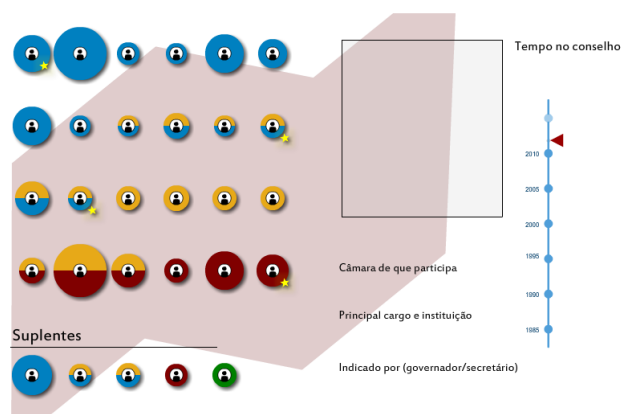
Outra parcela é representante do próprio poder público (24%), categoria que abrange aqueles que exercem cargo na administração (secretários e funcionários de cargos de confiança no governo). Do total, apenas 3% (um conselheiro suplente) representa os trabalhadores da educação, neste caso os supervisores de ensino. Não há nenhum representante de categorias como Professores da educação básica, Pais e Mães, Estudantes, Redes, Fóruns e Movimentos.

*Esta é a primeira reportagem de uma série que o **Observatório** vai lançar nos próximos meses sobre os conselhos de educação. Também serão abordados o Conselho Municipal de Educação de São Paulo e o Conselho Nacional de Educação (CNE).*

O Conselho Estadual de Educação é um órgão consultivo, normativo e deliberativo, responsável pela emissão de diretrizes para todo o sistema de

ensino paulista, público e privado – abrange não só as escolas de ensino básico, fundamental e médio, mas também escolas de ensino infantil e todas as faculdades municipais que existem em São Paulo.

O CEE-SP é regulamentado pela Lei 10.403, de 1971. O artigo 5º do texto diz que os conselheiros devem ser “escolhidos entre pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação, observada a devida representação dos diversos graus de ensino e a participação de representantes do ensino público e privado” sem explicitar, no entanto, como serão divididos os diferentes segmentos da comunidade escolar.



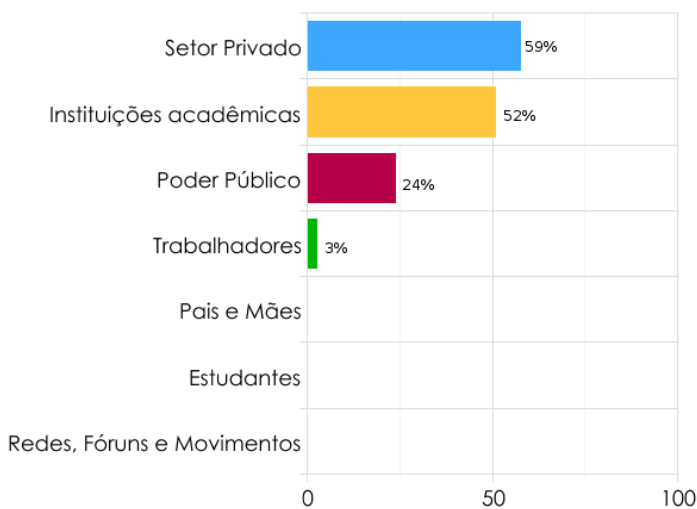
Para ver o infográfico com o perfil de cada conselheiro, clique aqui.

A principal crítica de setores do campo educacional é que o CEE-SP não contempla a sociedade civil e a comunidade escolar em sua composição. Em 2009, outro levantamento do **Observatório** revelou que 11 dos 27 conselhos (26

estados e DF) estabelecem o número de conselheiros para cada segmento, entre público, privado, docentes, pais e alunos. [Veja aqui a tabela completa](#) da pesquisa com as informações sobre cada órgão.

Assim como São Paulo, outros nove conselhos não preveem nenhum tipo de representação de segmentos em suas respectivas leis; cinco mencionam a participação de entidades, mas sem especificar como.

Composição do Conselho Estadual de Educação de SP - 2012*



* Um conselheiro pode representar mais de um segmento (Ex: Privado e Acadêmico)

Fonte: Observatório da Educação

Ausência da sociedade civil

O presidente do CEE paulista, Hubert Alquéres, não considera a crítica válida. Em entrevista ao **Observatório**, ele destaca como participante da sociedade civil, por exemplo, Suely Alves Maia (secretária municipal de educação de Santos), por ela ser presidente regional da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), entidade que reúne os secretários. No levantamento, o **Observatório** considerou a professora Suely como representante do poder público.

O único conselheiro que pode ser considerado da comunidade escolar, mas é suplente, é Severiano

Garcia Neto, da Apase (sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial).

“Temos representante das universidades públicas, o reitor da Universidade de São Paulo, João Grandino Rodas (...). O professor Ângelo [Cortelazzo], que representa o sistema público de escolas e faculdades técnicas; [Vicioni], representante do Senai, que representa as escolas técnicas não públicas”, disse Hubert. O presidente citou também representantes do ensino privado.

[Um artigo da promotora Maria Izabel Castro](#), integrante do Ministério Público Democrático (MPD), analisa a atual composição deste CEE, e conclui que grande parte dos conselheiros são do ensino superior e privado e não há representação da educação básica pública. “Não podemos aceitar que os representantes da rede privada de ensino, básica ou superior, sejam considerados representantes da sociedade civil, posto que integram a rede de ensino do Estado, a teor do art. 17, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e como tal são representantes do poder público”, argumenta no texto.

Além disso, aponta a promotora, muitos conselheiros “são quase vitalícios” - não há, na lei, limitação de tempo de mandato e a recondução é permitida indefinidamente. Segundo o levantamento feito pelo **Observatório**, um conselheiro está há nove mandatos na casa (27 anos) e cinco integrantes há mais de 5 mandatos (15 anos). Um terço deles foi nomeado há pelo menos 9 anos.

Durante a sessão plenária da última quarta-feira (23), ao debater o tema, Hubert afirmou que a crítica sobre a duração dos mandatos não procede. “Fui reconduzido por quatro vezes, cada vez por um governador diferente – Mário Covas,

Geraldo Alckmin, José Serra e Alberto Goldman. Como isso pode ser algo vitalício?”, perguntou.

Indicação x eleição

A indicação dos conselheiros é feita pelo governador e pelo secretário de educação, e os critérios de indicação não são publicados. Para a promotora Maria Izabel Castro, não faz sentido alguém que representa a sociedade civil ser indicada. Deveria ser votada: “a sociedade civil tem que nascer de uma eleição”. Por sociedade civil, Maria Izabel considera representantes de alunos, pais de alunos, associações ou movimentos sociais que defendem os interesses da educação.

O presidente Hubert disse respeitar as indicações que o governador tem feito. “Ele tem indicado nomes excelentes para o Conselho Estadual de Educação”, opinou.

Na visão de Hubert, o Conselho Estadual não é um fórum de debates. “Ele não é local de, vamos dizer, onde só se faz debate público. Ele efetivamente tem o trabalho de emitir pareceres, deliberações e isso exige pessoas que conheçam muito a fundo a educação e a legislação educacional. Não adianta só pegar uma pessoa que representa um segmento e colocar no conselho”.

Hubert afirmou, na sessão plenária, que um estudante secundarista não teria capacidade de compor o Conselho, por sua natureza técnica. “Não é qualquer pessoa que pode assumir a relatoria de um parecer técnico de educação”, disse. E completou: “não pode ser um órgão de debates onde vão estar pessoas da sociedade civil assim ou assado”.

A participação da sociedade civil vem ganhando espaço nos conselhos, em âmbito nacional. De acordo com [dados da revista do IPEA](#) nº65,

atualmente existem 61 conselhos nacionais de políticas públicas com participação popular. Entre eles, 45% de seus membros são do governo e 55% da sociedade civil, incluindo, dependendo do caráter do conselho, representantes do setor privado e dos trabalhadores em geral ou de dado setor, da comunidade científica, de instituições de ensino, pesquisa ou estudos econômicos, assim como por organizações de jovens, mulheres e minorias.

No Sistema Único de Saúde (SUS), os conselhos de educação (estaduais, municipais e nacional) devem cumprir a seguinte proporcionalidade em sua composição: 50% de usuários, 25% de trabalhadores de saúde e 25% de gestores e prestadores. Além disso, os gestores do SUS e os Conselhos de Saúde devem garantir que o processo de escolha de conselheiros seja fiscalizado pelo Ministério Público e que as entidades com assento comprovem existência legal e representatividade junto a segmentos sociais expressivos.

O Conselho Nacional de Saúde, assim como outros conselhos nacionais de políticas públicas, tem função normativa, além da de controle social.

Genoíno Bordignon, professor aposentado da Universidade de Brasília, recupera a história da instituição desses conselhos e afirma que eles têm se aberto cada vez mais à gestão democrática. Até a promulgação da Constituição de 1988, esses órgãos eram compostos por “notáveis” para assessoramento técnico. Após essa data, eles passam, cada vez mais, a ser concebidos como colegiados de gestão de políticas públicas, representando a voz da sociedade junto ao governo.

O desafio é compatibilizar a função normativa e de controle social desses espaços. “Essa função só é

possível quando os conselhos se constituem como espaços da democracia participativa, fóruns da pluralidade das vozes da sociedade. Pluralidade que deve contemplar, com igual poder, servidores públicos, profissionais da educação, pais, estudantes e protagonistas sociais não vinculados a instituições educacionais. A educação concerne a todos, e suas instituições pertencem ao público. É um processo, um longo caminho a percorrer, com importantes passos já dados, mas muitos ainda por dar”, diz, no artigo “Os conselhos de educação no Brasil: limites e possibilidades de controle social”. [Leia o texto completo na publicação](#) “Em Questão 5: Participação e controle social na educação, da Ação Educativa”

Questionamentos

Nos últimos meses, o Conselho Estadual de Educação tem recebido diversos questionamentos quanto à sua composição. Tramita na Assembleia Legislativa do Estado um Projeto de Lei (PL) que propõe sua reestruturação. Além disso, promotores estaduais instauraram um inquérito civil (investigação) para que o Procurador do Estado convença o executivo a refletir sobre a composição do conselho (leia sobre isso na página 5).

O Projeto de Lei que está em tramitação na Alesp é o [PL 108/2012](#) (de autoria dos deputados estaduais Geraldo Cruz e Simão Pedro, ambos do PT). Porém, já houve outro projeto, o [PL 207/2007](#), que foi aprovado pelos deputados e vetado por José Serra, na época governador. O argumento jurídico é de que cabe ao poder executivo fazer as regras que gerem sobre ele, e não ao legislativo. Porém, desde o veto, não houve uma iniciativa desse caráter por parte do executivo.

No dia 13 de junho será realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa para debater o

PL deste ano e, até lá, serão realizadas pré-audiências em escolas públicas. Segundo informações do gabinete do deputado Geraldo Cruz, no dia 24 de maio será na Escola Municipal Elza Marreiro (Embu das Artes), no dia 25 na região do Guarapiranga em São Paulo e, dia 28, em Cotia.

Durante os trabalhos da CPI do Ensino Superior Privado, cujo relatório foi publicado em dezembro de 2011, a forma de composição do CEE e a relação da maioria de seus membros com o ensino privado também chegou a ser questionada (leia mais na página 7).

Total de conselheiros (titulares e suplentes): 29

-17 representam o **setor privado** (59%)

-7 pertencem ao **poder público** (24%)

-15 **são ou também são** professores de instituição acadêmica (51%)

-1 conselheiro é representante dos trabalhadores da educação (supervisores) - 3%

- Representantes do poder público, somados aos do setor privado, equivalem a 82% do CEE

-10 conselheiros (34%) estão no cargo há mais de 9 anos, o que equivale a três mandatos

Conheça os critérios do levantamento feito pelo Observatório da Educação

É possível que um conselheiro esteja ligado a mais de um setor (daí a soma das porcentagens ultrapassar 100%).

Setor privado – diretor ou funcionário de instituições particulares; consultores de institutos empresariais; proprietário ou sócio de estabelecimentos de ensino ou empresas do setor educacional.

Poder público – exerce cargo público na administração (secretários, funcionários de cargos de confiança no governo).

Trabalhadores da Educação – supervisores de ensino, professores, coordenadores pedagógicos

Instituição acadêmica – pesquisador ou docente em instituições do ensino superior, pública ou privada; se aposentado, possui ainda algum vínculo com pesquisa

Comunidade escolar – Pais e Mães, Estudantes, Redes, Fóruns e Movimentos

MP questiona constitucionalidade da atual forma de composição do CEE-SP

Ministério Público Estadual abre um inquérito civil para investigar Conselho Estadual de Educação

Os Promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial da Educação (Geduc), do Ministério Público Estadual (MPE), protocolaram pedido de encaminhamento administrativo e extrajudicial à Procuradoria Geral de Justiça sobre o Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Foi instaurado inquérito civil (uma investigação) para acompanhar a tramitação do pedido. Cabe ao

Procurador Geral de Justiça atuar diretamente sobre a formulação de providências junto ao Governo do Estado.

O motivo é averiguar se a composição do Conselho paulista, com regimento de 1971, está de acordo com a Constituição Federal de 1988. Para a promotora Maria Izabel Castro, não está. E o principal motivo é não ter representantes da sociedade civil, que seriam, em sua opinião, cidadãos interessados (como pais e mães de alunos e alunas), professores, participantes da rede pública, associações e movimentos sociais por exemplo.

Maria Izabel foi autora de tese sobre o tema, apresentada ao Congresso Nacional do Ministério Público no ano passado. No texto, cita levantamento do **Observatório** de 2009 e aponta a prevalência de representantes do ensino privado. Maria Izabel defende a participação da sociedade civil, para que o Conselho exerça sua função democrática, que é legislar sobre o sistema de educação.¹

Em entrevista, a promotora afirmou que os grupos privados podem fazer parte do Conselho, mas são parte do próprio sistema de educação, já que o sistema público de ensino é composto por todo o ensino público mais o privado. Logo, não podem ser identificados como sociedade civil. Além do ensino particular, fazem parte do conselho professores das universidades estaduais paulistas, e pessoas da própria Secretaria de Educação.

Outro ponto que estaria em desacordo com princípios constitucionais seria o atual modo de indicação dos conselheiros, prerrogativa apenas do governador – que não expõe publicamente seus critérios. “A sociedade civil não é indicada. O poder executivo indica representantes do poder público [para compor o CEE]. Os da sociedade civil tem que ser eleitos”, afirmou a promotora. No entanto, hoje não há sequer previsão, na Lei que rege o CEE-SP, de representação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.

A fase do inquérito foi realizada em março, por meio de ofício do Procurador. O que o Ministério Público faz,

explica Maria Izabel, é um processo de convencimento, para que o próprio Executivo altere a situação. “Se o governo entender que há necessidade de adequação da lei, a iniciativa é dele”. E se o governo não fizer nada a respeito, afirmou, promotores e o procurador podem estudar entrar ou não com uma ação de inconstitucionalidade (ADIn).

Conselheiros são proprietários de empresas e sócios entre si

Conheça os grupos empresariais que estão presentes no Conselho paulista; 59% dos integrantes estão nessa categoria

Conforme revelou este levantamento, 59% dos conselheiros são ligados ao setor privado, sendo sócios ou representantes dessas empresas (estão excluídos, do cálculo, aqueles que são somente docentes e pesquisadores da instituição).

O presidente do CEE, Hubert Alquéres, é vice-presidente do Colégio Bandeirantes, cujo diretor e um dos donos é outro conselheiro, Mauro de Salles Aguiar. Hubert é também sócio da conselheira Rose Neubauer na empresa HMR Participações LTDA, que exerce atividades de incorporação de empreendimentos imobiliários. Em seu site, a HMR afirma ter participação também no setor educacional e editorial.

Segundo certidões obtidas pelo Observatório na Junta Comercial do Estado, a HMR é resultado de uma cisão em 2008 da Instituição Educacional Terra da Uva, quando esta foi adquirida pelo grupo que controla a Faculdade Pitágoras. Além de Hubert e Rose, também foram sócios do Terra da Uva os conselheiros Guiomar Mello e Arthur Fonseca (saíram da sociedade em 2006 e 2005, respectivamente).

Veja abaixo a descrição das instituições privadas, empresas e grupos empresariais identificados no levantamento.

Instituição Educacional Terra da Uva

Empresa registrada em 2004, já teve entre os sócios os conselheiros Arthur Fonseca (saiu em 2005), Guiomar Namó de Mello (saiu em 2006), Rose Neubauer e Hubert Alquéres. Os dois últimos saíram em 2008 e se transferiram para a HMR Empreendimentos, em uma cisão da Terra da Uva.

O nome fantasia da Terra da Uva hoje é **Faculdade Pitágoras**, e foi incorporada pela Editora e Distribuidora Educacional, subsidiária da Kroton/Pitágoras em 2008. O Pitágoras é um dos maiores grupos educacionais do país, com 45 unidades educacionais de ensino superior, em nove estados e 28 cidades.

Protagonistés – Instituto de Protagonismo Jovem e Educação

Além de sócia de Hubert na HMR Empreendimentos, Rose Neubauer também é sócia e diretora-presidente do **Instituto Protagonistés**, associação de defesa de direitos sociais. O vice-presidente é o conselheiro Mauro de Salles Aguiar, um dos donos do Colégio Bandeirantes.

Entre os parceiros do Protagonistés estão: o Consulado Geral dos Estados Unidos, a Fundação Lemann, a Fundação Bradesco e a Fundação Victor Civita, além de diversas secretarias municipais de Educação.

O Instituto Protagonistés, em parceria com a Fundação Victor Civita, realizou convênio com a Secretaria Municipal de Educação para projeto de formação de diretores e supervisores de ensino. Duas atuais conselheiras suplentes (Neide Cruz e

Cleide Bochixio) foram coordenadoras pedagógicas do projeto.

Uirapuru

Arthur Fonseca Filho já foi sócio do Terra da Uva. É diretor e sócio proprietário do colégio **Organização Sorocabana Uirapuru** e do Instituto Superior de Educação de Uirapuru, em Sorocaba-SP (ambas instituições privadas).

Segundo o site do Colégio, o Uirapuru tem parceria com o Colégio Bandeirantes, de São Paulo (do qual os conselheiros Mauro de Salles e Hubert Alquéres são diretor e vice-presidente, respectivamente).

Faz parte do conselho administrativo do Colégio Santa Cruz (tradicional escola da cidade de São Paulo), onde também atua a conselheira Maria Lúcia Montoro Jens.

Escola Brasileira de Professores

Guiomar Namó de Mello é diretora e sócia da EBRAP (Escola Brasileira de Professores), empresa que presta consultoria a iniciativas de desenvolvimento curricular e organização pedagógica de escolas públicas, e também a projetos de formação inicial e continuada de professores da educação básica. A EBRAP presta consultoria para projetos de formação inicial de professores da educação básica em nível superior, presenciais e a distância.

Entre os clientes estão: Grupo Pitágoras; Secretaria Municipal de Educação de São Paulo; Sistema de Ensino COC; Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Colégio Bandeirantes

Tradicional colégio particular paulistano, seu diretor é Mauro de Salles Aguiar, que é conselheiro

há 16 anos. Mauro também é um dos donos do colégio, e é diretor há quase 30 anos. É também vice-presidente do Instituto Protagonistés, da conselheira Rose Neubauer.

Colégio Santa Cruz

A conselheira Maria Lúcia Franco Montoro Jens atua há 44 anos na direção do Santa Cruz, outro tradicional colégio paulistano presente no Conselho. Arthur Fonseca Filho, conselheiro há 28 anos, faz parte do Conselho Administrativo da instituição.

Uninove

A Universidade Nove de Julho está presente no Conselho Estadual de Educação na pessoa de Maria Cristina Barbosa Storópoli, que além de sócia é Pró-Reitora Acadêmica e sócia da instituição.

Anhanguera

Maria Elisa Ehrhardt Carbonari é vice-presidente de Programas Institucionais e sócia da Anhanguera Educacional Participações S.A, um dos maiores grupos de ensino privado do país. É esposa do presidente-fundador Antonio Carbonari Netto. O Grupo Anhanguera é dono de outras faculdades e de editora de material didático.

Cursos de Odontologia

O conselheiro Mário Vedovello Filho é sócio de duas empresas de ensino de odontologia: a VM & VB Associados Cursos de Odontologia LTDA, e Vedovello & Associados Cursos de Odontologia.

Fontes: CEE-SP, Lattes/CNPq, TSE, Junta Comercial de SP, Sistema de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sites das instituições citadas.

Conselho é discutido em CPI do Ensino Superior Privado

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para apurar a situação do ensino superior praticado pelas instituições particulares no âmbito do Estado de São Paulo foi publicado em dezembro de 2011 e cita, durante as investigações, o Conselho Estadual de Educação.

[Leia o relatório completo aqui.](#)

Luiz Antonio Barbagli, Presidente do SINPRO (Sindicato dos Professores de São Paulo), acusou a existência de uma “relação promíscua” entre o poder e os mantenedores do ensino superior. Em fala do dia 31 de agosto de 2011, na CPI, questionou as indicações do Conselho Estadual de Educação, todas feitas pelo governador, problematizou.

Outro comentário é que “vários desses conselheiros são ligados à escola particular a mantenedores de escolas particulares”. Citou o caso do presidente do CEE, Hubert Alquéres, que “é originário do Colégio Bandeirantes e o mantenedor do Colégio Bandeirantes também é conselheiro do Conselho Estadual [Mauro Salles Aguiar]”. E citou Arthur Fonseca, que na CPI foi representar o CEE, e é mantenedor de estabelecimentos de ensino em Sorocaba.

“Eu não tenho nada contra a participação dos mantenedores, mas teria que haver uma forma de composição que os governantes ou o Executivo ou governador pudesse respeitar para compor o Conselho Estadual de Educação, de modo que todos os atores que participam do processo educacional pudessem ser representados no Conselho”.

O professor Celso Napolitano (presidente da FEPESP - Federação dos Professores do Estado de São Paulo), foi outro que falou à sessão CPI desse

mesmo dia. Ao criticar algumas faculdades, citou a Uniban. Nesse momento, mencionou o CEE: “o diretor do departamento jurídico da Uniban, o Dr. Décio Lencioni, é Conselheiro do Conselho Estadual de Educação e é diretor de departamento da Uniban”, o que considera uma “raposa tomando conta de galinha”, disse quanto à postura da Uniban em relação aos professores, que considera injusta por questões trabalhistas.

Criticou também a composição do Conselho: “a composição do Conselho Estadual de Educação, a maneira como é composta hoje por ato arbitrário do Governador do Estado e do Secretário de Educação faz com que nesta composição exista representação de várias entidades patronais de vários representantes dos mantenedores de ensino e nenhum representante dos professores”.

Uma empresa que está representada no Conselho também foi citada na CPI por Luiz Barbagli. Mencionou instituições de capital aberto, que é o caso da Anhanguera, que tem ações na Bolsa de Nova York “fundos de pensões dos Estados Unidos e são proprietários de instituições de ensino no Brasil; a Kroton também havia incorporado o Grupo Pitágoras e hoje está com uma assessoria financeira de investidores, cujo o único objetivo é o lucro”.

De acordo com o levantamento do **Observatório**, o Grupo das Faculdades Pitágoras/Kroton adquiriu em 2008 uma empresa de nome Instituto Educacional Terra da UVA LTDA, da qual chegaram a ser sócios quatro conselheiros: Rose Neubauer, Hubert Alquéres, Arthur Fonseca (saiu em 2005), Guimar Namó (saiu em 2006).

Embora não seja de competência do conselho estadual a fiscalização de instituições privadas (esta é atribuição do sistema federal), o CEE-SP foi convidado para explicar o funcionamento do sistema estadual. Foi representado na Comissão por Arthur Fonseca, no dia 24 de agosto de 2011.

Fonseca explicou as funções do Conselho e discordou dos argumentos sobre as relações com o setor privado. “Os problemas não estão na oposição entre ensino superior público e privado, as origens [de problema] são outras”.

De acordo com o conselheiro, as atribuições do Conselho de fiscalização da educação são muito abrangentes e não há estrutura correspondente para fazer avaliação das instituições. “Apesar do Conselho Estadual de Educação ter essa dimensão em decorrência de pressuposto constitucional do Estado, o Conselho não tem a estrutura, não tem a importância, não tem o orçamento necessário, e por quê? Porque quando o Conselho é tratado, ele é tratado no rol dos demais conselhos do órgão da administração direta. No entanto, a função de responsabilidade educacional do Conselho Estadual de Educação tem uma mente mais complexa do que a maioria dos demais Conselhos no órgão da administração pública estadual”, explicou

São vinculadas ao CEE-SP as instituições de ensino superior públicas, municipais e estaduais. As privadas são de competência do sistema federal, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em seu artigo 9º.

Fonseca lembrou que o mesmo artigo determina que a competência [de avaliar as instituições privadas] pode ser delegada aos governos estaduais, mas que isso não seria possível com a atual estrutura do CEE.

Durante a reunião, os deputados também questionaram a opinião de Arthur Fonseca sobre a atual composição do Conselho. “Particularmente eu acho que se transformarmos num órgão corporativo, vai virar outra coisa que não um Conselho de Educação. Também não é o caminho. Aí é fechar o Conselho. Mas eu acredito que

precisa um aprimoramento no sentido de não ficar apenas na vontade do Sr. Governador e que se eles têm tido bom senso e boa vontade de nomear gente na área de educação, pode não ter porque isso é feito por um decreto”, disse.

ENTREVISTA

Não é qualquer pessoa da sociedade civil que pode ser conselheiro, diz presidente do Conselho Estadual de Educação de SP

De acordo com o levantamento realizado pelo Observatório da Educação, 59% dos conselheiros representam o setor privado e 24% o poder público, sem existir representatividade da comunidade escolar.

A atual forma de composição do Conselho tem sido questionada pela ausência desses segmentos – professores da educação básica, pais e mães, estudantes e entidades de defesa da educação pública.

Sobre o tema, o **Observatório** entrevistou o atual presidente do CEE-SP, Hubert Alquéres. Confira o texto na íntegra.

Observatório da Educação - Qual é o papel do CEE?

Hubert Alquéres – O Conselho é responsável pelo sistema de ensino de São Paulo. Ele abrange não só as escolas de ensino básico, fundamental e médio, mas também escolas de ensino infantil e todas as faculdades municipais que existem em São Paulo. E isso tanto o privado quanto o público. Então, a abrangência do Conselho Estadual é muito grande, é todo o sistema de ensino de São Paulo.

A função do Conselho é emitir novas diretrizes para todo o sistema. Isso acontece através de normas e diretrizes dadas pelo Conselho Estadual de Educação, que também tem como obrigação responder consultas. É, portanto, um órgão consultivo, deliberativo e normativo do sistema educacional paulista.

Observatório - Como o senhor avalia a relação do Conselho com a sociedade civil?

Hubert - No CEE, temos diversos representantes da sociedade civil. Temos, por exemplo, a presidente da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e o Severiano [Garcia], membro da entidade sindical Apase (Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial). Então já estão contempladas todas as secretarias municipais de educação, e as entidades sindicais, através de Severiano.

Temos representantes das universidades públicas, como o reitor da Universidade de São Paulo, Grandino Rodas - que também preside o Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo). Você tem o Cortelazzo, que representa todo sistema público de escolas e faculdades técnicas, e o presidente do Senai, que representa escolas técnicas não-públicas. O Mauro Aguiar, do Colégio Bandeirantes, e Malu Montoro, do Colégio Santa Cruz, representam o ensino básico particular.

A relação do Conselho Estadual de Educação com a sociedade civil se faz a partir dos próprios conselheiros. Todos eles, de alguma forma, são ligados à sociedade civil. Não estou falando da sociedade civil não-representativa, mas de universidades públicas, Undime, sindicatos. É realmente a sociedade civil.

Agora, fora a relação do CEE com entidades civis, ele tem a obrigação muito grande de fazer normas e diretrizes para o sistema educacional.

O Conselho não é só fórum de debates. O conselho não é local onde, vamos dizer, só se faz debate público, mas tem efetivamente o trabalho de emitir pareceres e deliberações - e isso exige pessoas que conheçam muito a fundo a educação e a legislação educacional.

Então, para ser conselheiro, não adianta só pegar uma pessoa que representa um segmento da sociedade civil, pois ele não será necessariamente um bom conselheiro se não dominar legislação e saber como fazer pareceres e regulamentações.

Nós tivemos experiências de pessoas que foram ao Conselho achando que era só um local de discussão e acabaram percebendo que lá havia muita tarefa e um trabalho muito técnico.

Observatório - Como você vê recentes questionamentos do Ministério Público, que estão apontando para uma reorganização do Conselho?

Hubert - Eu acho importante que o MP dê contribuição para o debate. As sugestões nos foram encaminhadas e elas estão sendo analisadas. Eu acho bom que toda a sociedade participe - desse e de todo e qualquer conselho -, e não só o Ministério Público.

Observatório - Como a sociedade pode participar mais?

Hubert - O CEE é um órgão técnico. Só tenho um pouco de preocupação que pessoas achem que o Conselho é local de audiência pública, de grandes discussões, um local que não tem trabalho técnico. O Conselho tem um trabalho técnico muito grande, não é, muitas vezes, um local de fazer debate público.

Por exemplo: as escolas Waldorf entraram, outro dia, com uma consulta. Essa consulta, para ser respondida, precisa ser estudada. É preciso ver legislação, ver como está entendido na LDB. Então o Conselho não é só local de discussões de grandes diretrizes, mas de muito trabalho técnico.

Você [repórter do Observatório] tem participado de reuniões e tem visto que os pareceres são novos e que as pessoas os discutem de um ponto de vista muito técnico.

Observatório - O que o senhor acha do atual modo de indicação do Conselho?

Hubert - Quem indica os conselheiros é o governador do Estado e eu respeito as indicações que o governador tem feito. Ele tem indicado nomes excelentes para o Conselho Estadual de Educação.

Observatório - Se o senhor pudesse opinar, opinaria por mudar o modo de indicação, ou este está adequado?

Hubert - O Conselho Estadual de Educação tem dado grande contribuição para o sistema paulista de ensino. Eu não tenho visto críticas à atuação do Conselho, não tenho ouvido nenhum exemplo, ninguém apontando nenhum erro do Conselho, então julgo que ele está fazendo bem seu papel.

Observatório - A que o senhor atribui sua indicação?

Hubert - Como presidente do Conselho?

Observatório - É.

Hubert - Fui eleito pelos 24 membros do Conselho para presidi-los. No final do ano, fui reeleito. Não é que fui indicado presidente, fui eleito. Temos três ex-secretárias de educação, o reitor da USP... fui eleito com unanimidade dos votos.

Observatório - Acha que tem algum jeito ou plano de tornar mais transparente?

O Conselho se manifesta sempre por pareceres, escrito por alguns conselheiros e depois votados no plenário. Não estavam disponíveis no site. O que fiz na minha gestão foi colocar todos os pareceres disponíveis na internet de graça e de forma muito rápida, com um mecanismo de busca muito amigável e fácil. O Conselho existe desde 1963, mas começamos a fazer a digitalização a partir de agora, e voltando pra trás. Então hoje, São Paulo tem todos os pareceres do Conselho Estadual disponíveis. [O site]tem bastante informação, mostram todos os conselheiros, que segmentos da sociedade civil eles representam*.

** No início da apuração desta reportagem, não havia, ainda, a biografia da maioria dos conselheiros no site www.ceesp.sp.gov.br. A partir da solicitação do Observatório, todos os perfis foram incluídos na última segunda-feira, 24 de maio.*

Fique de olho! Os próximos levantamentos do Observatório vão abordar o Conselho Municipal de Educação de São Paulo (CME) e o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Acompanhe os conselhos em
<http://deolhonosconselhos.wordpress.com>

Visite o site do Observatório
www.observatoriodaeducacao.org.br

Mais informações sobre este levantamento:

Observatório da Educação

Tel: (11) 3151-2333 – ramal 170 ou 185

E-mail: observatorio@acaoeducativa.org

Expediente:

Coordenação: Denise Carreira

Edição: Fernanda Campagnucci

Pesquisa e Redação: Fernanda Campagnucci e Lia Segre

ANEXO

Perfis dos Conselheiros

O Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP) é composto de 24 integrantes e cinco suplentes com mandatos de três anos, de acordo com a lei Estadual nº 10.403/71. O **Observatório** preparou uma lista com informações de cada conselheiro da atual gestão. Confira também o infográfico sobre a composição do órgão.

Conselheiros Titulares

Hubert Alquéres – Presidente do CEE-SP

Foi secretário-adjunto de Educação de São Paulo no governo de Mário Covas e Geraldo Alckmin, cuja secretária na época era a conselheira Rose Neubauer.

Também exerceu o cargo de secretário de Comunicação no primeiro ano do governo José Serra. Em 2004, coordenou o programa de educação de Serra na campanha para prefeito da capital, e foi também responsável pela campanha do mesmo candidato para governador em 2006. Presidiu a Imprensa Oficial do Estado (2003 – 2011). É filiado ao PSDB desde 1989.

Físico formado pela Universidade de São Paulo e engenheiro civil pela Escola de Engenharia Mauá, de onde mais tarde foi professor. Também lecionou na Escola Politécnica da USP. É autor de cinco livros, nas áreas de Informática, Física e Matemática (2002).

Atualmente, exerce o cargo de vice-presidente de Comunicação da Câmara Brasileira do Livro, é um dos diretores da Editora Jatobá e vice-presidente do Colégio Bandeirantes de São Paulo.

Hubert também é sócio da conselheira Rose Neubauer na empresa HMR Participações LTDA, que exerce atividades de incorporação de

empreendimentos imobiliários. Em seu site, a HMR afirma ter participação também no setor educacional e editorial.

Nina Beatriz Stocco Ranieri – Vice-presidente do CEE-SP

Professora Associada do Departamento de Direito do Estado, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Bacharel em Direito e Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Doutora e Livre-Docente em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da USP. É Coordenadora da Cátedra UNESCO de Direito à Educação. Foi Procuradora (1985/2010) e Secretária Geral da USP (2003/2005), Secretária Adjunta da Secretaria Estadual de Ensino Superior (2007 a 2010).

Atualmente é Assessora Especial da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Ana Luísa Restani

É pedagoga, foi professora de inglês da rede estadual. Até abril de 2011, exerceu o cargo de Superintendente da Fundação Bradesco. Atualmente é presidente da Câmara de Educação Básica do CEE.

Graduada em Letras e Pedagogia, com pós-graduação em Administração Escolar, vem atuando na área educacional como professora, coordenadora pedagógica e diretora de ensino. Atuou por 25 anos na rede pública estadual paulista. Na Fundação Bradesco respondeu pela gestão de 40 escolas em todos os estados do Brasil.

Angelo Luiz Cortelazzo

Biólogo, professor associado da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), onde foi pró-reitor de graduação. É membro do Conselho

desde 2001, onde exerce a presidência da Câmara de Educação Superior.

Atualmente é responsável pela Unidade de Ensino Superior do Centro Paula Souza, autarquia responsável pelas Faculdades de Tecnologia (FATECs) no Estado de São Paulo.

Arthur Fonseca Filho

É diretor e sócio proprietário do colégio Organização Sorocabana Uirapuru e diretor do Instituto Superior de Educação Uirapuru, em Sorocaba - SP (ambas instituições privadas). Segundo o site da escola, o Uirapuru tem parceria com o Colégio Bandeirantes, de São Paulo (do qual os conselheiros Mauro de Salles e Hubert Alquéres são diretor e vice-presidente, respectivamente).

Está no Conselho Estadual de Educação desde 1984, tendo sido indicado pelo então Secretário de Educação do Estado, Paulo Renato Souza.

Foi Presidente do Conselho Estadual de Educação de São Paulo de 1999 a 2001 e de 2008 a 2010. Exerceu entre janeiro de 1993 e julho de 1994, o cargo de Secretário de Educação e Cultura do Município de Sorocaba (em gestão do PSDB).

Faz parte do conselho administrativo do Colégio Santa Cruz (tradicional escola da cidade de São Paulo), onde também atua a conselheira Maria Lúcia Montoro Jens.

Décio Lencioni Machado

Advogado, diretor jurídico da instituição privada Uniban (Universidade Bandeirantes de São Paulo) e de sua mantenedora Academia Paulista Anchieta. Especialista em direito processual civil e direito educacional pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais. É também professor do curso de especialização em direito educacional do CEU (Centro de Extensão Universitária) do Instituto Internacional de Ciências Sociais.

Lencioni defendeu a Uniban [no caso que envolveu a expulsão da aluna Geisy Arruda](#) em 2009, depois de ela ter sido ameaçada por colegas por ter usado um vestido curto. Na ocasião, Décio argumentou que Geisy teria afrontado “os princípios de dignidade e moral previstos no regimento da instituição”.

Eunice Ribeiro Durham

Professora emérita e professora titular aposentada de antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Públicas da USP (NUPPs), responsável pela área de Políticas Educacionais.

Foi conselheira do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior (1997 - 2001), secretária de Política Educacional do MEC (1995 - 1997), secretária do Ensino Superior do MEC (1991-1992) e vice-presidente da Fundação CAPES (1990-1991).

Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (1987-1989).

Guiomar Namó de Mello

Atualmente é diretora e sócia da EBRAP (Escola Brasileira de Professores), empresa pela qual presta consultoria a iniciativas de desenvolvimento curricular e organização pedagógica de escolas públicas, e também a projetos de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Entre os clientes estão: Grupo Pitágoras; Secretaria Municipal de Educação de São Paulo; Sistema de Ensino COC; Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

É pedagoga pela USP (1966), mestre e doutora em

educação pela PUC/SP (1971 e 1981); fez estudos de pós-doutorado no *Institute of Education da London University* (1991-1992). Professora em escolas públicas estaduais, iniciou carreira no ensino superior na PUC-SP (1969 - 1985). Foi professora visitante na UNICAMP, na UFSCar e na UFMG, e, por mais de 10 anos, fez carreira como pesquisadora educacional na Fundação Carlos Chagas.

Em 1982 foi nomeada Secretária Municipal de Educação de São Paulo, cargo que ocupou até o final do mandato do Prefeito Mário Covas, em 1985. No ano seguinte, elegeu-se deputada estadual em São Paulo, tendo presidido a comissão de educação durante a elaboração da Constituição Estadual de São Paulo. E em 1988 contribuiu com seu mandato para a formação do PSDB.

De 1993 a 1996 foi Especialista Sênior de Educação no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington. Em ambas instituições gerenciou ou assessorou a preparação de projetos de investimento do setor público em educação na Argentina, Paraguai, Equador, Uruguai e Bolívia.

Quando voltou ao Brasil em 1997, assumiu a direção executiva da Fundação Victor Civita. Nesta posição exerce a Direção Editorial da revista *Nova Escola* e de outras publicações especializadas. Naquele ano foi nomeada pelo então presidente Fernando Henrique para o cargo de Conselheira do CNE.

João Cardoso Palma Filho

Pedagogo, advogado e cientista social. É secretário-adjunto da Educação do Estado de São Paulo (no atual governo de Geraldo Alckmin).

Professor de Licenciatura e Mestrado do Instituto de Artes da UNESP. Mestre em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política, é graduado em história natural (IBILCE/UNESP), pedagogia (UNIFIEO) e direito (Faculdade de Direito da USP). Realizou pós-doutorado em política da educação pela Faculdade de Educação da USP, sob a supervisão do Prof. Dr. Celso de Rui Beisiegel.

Foi professor de ciências naturais e biologia na rede estadual de ensino, no Colégio Benjamin Constant e na Universidade Anhembi Morumbi.

Na administração educacional pública foi diretor de escola, diretor regional de educação, coordenador da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - CENP (1984 - 1987), e de sua divisão de supervisão e da de serviços de ensino supletivo; e diretor de políticas educacionais da Secretaria de Ensino Fundamental do MEC (1995-1996).

É membro do Conselho desde 1985 e membro honorário da Academia Paulista de Educação. Em sua produção bibliográfica contam-se 19 livros publicados ou organizados.

João Grandino Rodas

João Grandino Rodas possui quatro graduações: em Piano e Matérias Complementares, pela Faculdade de Música Sagrado Coração de Jesus (1964); em Educação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1969); em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1969) e em Letras pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira dos Padres Jesuítas (1970).

Três mestrados: em Ciências Político-Econômicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1970); em Direito, pela Harvard Law School (1978) e em Diplomacia, pela The Fletcher School of Law and Diplomacy (1985). Possui,

ainda, os seguintes títulos acadêmicos: Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (1973); Livre-Docente em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1976); Titularidade em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da UNESP (1990) e Titularidade em Direito Internacional Privado pela Faculdade de Direito da USP (1993).

Foi nomeado [reitor da USP](#) pelo governador [José Serra](#) a partir de lista tríplice, em que figurava como segundo colocado nas eleições da universidade. Desde 2006, é Membro da Comissão Jurídica Interamericana da Organização dos Estados Americanos ([OEA](#)) havendo a presidido entre 2000 e 2002. Atualmente, também é membro da [Comissão Fulbright para o Intercâmbio entre os Estados Unidos e o Brasil](#) e membro titular, indicado pelo Brasil, do [Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul](#).

Marcos Antonio Monteiro

Já presidiu o Conselho Estadual de Educação em 2003/04.

É bacharel em Administração de Empresas com especialização em Administração Pública. Lecionou na Escola Técnica Estadual Francisco Nogueira de Lima, em Casa Branca, interior paulista, onde nasceu e, entre 1982 e 1990, esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação na cidade.

Foi secretário parlamentar no Congresso Nacional, de 1991 a 1992, e em 1995. Foi diretor-superintendente do Centro Paula Souza e presidente da antiga Fundação do Bem-estar do Menor (FEBEM). Foi secretário da Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo até o ano passado.

Atualmente é membro do Conselho Estadual de Micro e Pequenas Empresas (CEMPE), assessor técnico da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) e presidente do Conselho Administrativo da Companhia de Processamento de Dados (PRODESP).

É presidente da Imprensa Oficial, filiado ao PSBD desde 1989 e é tesoureiro da executiva estadual do partido.

Maria Cristina Barbosa Storópoli

Pró-reitora acadêmica e sócia da Universidade Nove de Julho (Uninove). É esposa do reitor e mantenedor da mesma universidade, Eduardo Storópoli, que é filho do fundador da instituição.

Foi indicada para compor o conselho pelo governador Geraldo Alckmin em 2011.

Maria Lúcia Franco Montoro Jens

Educadora com vasta experiência na prática pedagógica desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. cursou Filosofia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e pós-graduação em Filosofia da Educação. Lecionou psicologia e metodologia científica no curso de Psicologia da PUC de SP.

Atua há 44 anos no Colégio Santa Cruz, onde atualmente é assessora especial. Ministrou aulas de filosofia e psicologia desde 1967, passou a coordenar o primeiro ano do ensino médio em 1972 e, em 1988, foi designada diretora. Assessorou a direção geral da escola no ensino infantil, básico e médio. É atuante também no terceiro setor, como integrante do Conselho Consultivo e presidente no Instituto Brasileiro de Estudos de Ação Comunitária (IBEAC), ONG fundada em 1981 pelo ex-governador André Franco Montoro (1916-1999), pai de Maria Lúcia.

Fez parte da equipe que idealizou o Todos pela Educação e o Faça Parte! e colaborou no Parceiros da Educação. Atuou ainda na prática pedagógica para as artes, como conselheira da SP Escola de Teatro, da Secretaria Estadual de Cultura.

Atualmente é diretora cultural do Instituto Jacques Maritain, na área de filosofia, e conselheira do Consocial (Conselho Estadual de Responsabilidade Social, da FIESP). Desenvolve ainda, com a psicóloga Gabriela Mello, o Espaço para Dialogar, que visa levar diretamente a pais palestras e discussões dirigidas relativas a temas relevantes em educação infantil para o século XXI - como autoridade, disciplina, limites, agressividade e consumismo.

Maria Helena Guimarães de Castro

Professora aposentada de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) onde atua também como pesquisadora do Núcleo de Políticas Públicas.

Foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do MEC entre 1995 e 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e responsável pela viabilização do chamado "provão" (Exame Nacional de Cursos, sucedido, no governo Lula, pelo ENADE). Em 2002, foi secretária-executiva do MEC.

De 2003 a 2005, Maria Helena foi titular da pasta de Desenvolvimento Social no governo Geraldo Alckmin e, em 2006, da Ciência e Tecnologia na gestão Cláudio Lembo.

Em janeiro de 2003, assumiu a Secretaria de Educação do Distrito Federal, na gestão do governador José Roberto Arruda. Em julho de 2007, voltou a São Paulo para dirigir a Secretaria de Educação do Estado, no governo de José Serra.

Deixou o cargo em março de 2009, quando foi sucedida por Paulo Renato Souza.

Desde 2011 é "conselheira independente" do Conselho de Administração da Abril Educação.

Maria Lúcia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Formada em Pedagogia e doutora em Administração pela USP, já foi professora de Educação Fundamental, Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação. Possui doutorado em Administração pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde é professora titular do Programa de Pós-Graduação em Letras e já exerceu, além de reitora, as funções de orientadora educacional, diretora da faculdade de Filosofia, Letras e Educação e coordenadora geral de Pós-Graduação. Foi também reitora da Universidade Guarulhos e pró-reitora acadêmica da Universidade Anhembi Morumbi.

Foi secretária de Estado da Educação de São Paulo durante o governo José Serra (2006-2007) e, atualmente, é presidente do Conselho Municipal de Educação de São Paulo (2010/2012).

Mário Vedovello Filho

É graduado em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, possui mestrado em Ortodontia pela Faculdade de Odontologia de Piracicaba e doutorado em Odontologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 2001, graduou-se em Medicina Dentária pela Universidade de Lisboa, Portugal. É também bacharel em Direito.

Atualmente, é cirurgião-dentista, possui clínica de ortodontia, é delegado do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo e coordenador do programa de mestrado em Odontologia do Centro

Universitário Herminio Ometto Uniararas, em Araras (SP).

É professor convidado do programa de mestrado do Centro de Pesquisas Odontológicas São Leopoldo Mandic de Campinas e coordenador do curso de especialização na Escola Cearense de Odontologia em Fortaleza (CE), e na Faculdade de Odontologia de Recife (PE), além de coordenador do curso de especialização em odontologia da Faculdade de Tecnologia e Ciência de Salvador (BA). É proprietário de empresa que oferece cursos de odontologia.

Foi vereador na Câmara Municipal de Mogi Guaçu entre 1968 e 1996, tendo sido seu presidente por três mandatos. É membro do diretório do PSDB da cidade e filiado ao partido desde 1999.

Mauro de Salles Aguiar

Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, cursou o PGA (Programa de Gestão Avançada) pela Fundação Dom Cabral e o INSEAD no The European Institute of Business Administration, em Fontainebleau, na França, em 2008.

É diretor e um dos donos do Colégio Bandeirantes, instituição privada de Ensino Fundamental e Médio. Também exerce o cargo de diretor do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL) e do conselho do escritório de representação no Brasil da Harvard University / David Rockefeller Center for Latin American Studies (DRCLAS).

É vice-presidente do Instituto Protagonistés, da conselheira Rose Neubauer.

Milton Linhares

Formou-se em Engenharia pela FEI e fez pós-graduação em Matemática na PUC de MG. É

doutor em Ciências pela USP (Programa de Integração da América Latina) e mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo.

Na Universidade Bandeirantes de São Paulo (Uniban), foi pró-reitor acadêmico de 1994 a 1996, vice-reitor entre 1999 e 2008 e pró-reitor administrativo entre 1997 e 1999. Foi vice-diretor da Universidade do Grande ABC, na qual também ocupou as funções de professor, coordenador de curso, chefe de departamento e vice-diretor (entre 1980 e 1992). Atua há mais de 30 anos na área de gestão e administração da Educação Superior Privada e é Conselheiro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação desde 2004.

Roque Theóphilo Júnior

Bacharel em Direito com título de especialização em Direito Político, Administrativo e Financeiro pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, também é graduado em Engenharia pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, mesma instituição onde apresentou mestrado e doutorado.

É professor titular e coordenador do curso de Direito do Mackenzie, além de ex-corregedor geral e ex-chefe de gabinete da reitoria da universidade.

Vice-presidente e acadêmico titular da Academia Paulista de Letras Jurídicas e membro de inúmeras Comissões da Ordem dos Advogados do Brasil - destacando-se a de Educação Jurídica -, é atualmente presidente da Comissão de Planejamento do CEE-SP. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público e em Direito Educacional.

Sérgio Tiezzi Júnior

É especialista em gestão estratégica e políticas públicas em educação e cultura. Formou-se em

História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, com mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB).

Trabalhou na Casa Civil da Presidência da República, foi diretor de projetos da Secretaria de Gestão, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e assessor do Ministro da Educação, de 2000 a 2002. Foi também assessor de gabinete da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social e chefe de gabinete da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria da Cultura, da Associação Comercial de São Paulo e da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo.

Representante suplente do governo estadual no Conselho Regional do SESI, participa do conselho de administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). É Presidente do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e, desde maio de 2012, secretário adjunto de cultura do Estado de São Paulo.

Suely Alves Maia

Professora formada pela Faculdade de Ciências Físicas e Biológicas de Santos, atuou como conselheira, diretora regional e estadual da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).

Desde 2009 é presidente estadual da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e secretária da educação do município de Santos - cargo que exerceu também em 1993 e 1994. Foi vereadora na Câmara de Santos por dois mandatos, entre 1989 e 1993 e 1993 e 1996. Lecionou em escolas públicas e trabalhou com

Educação a Distância antes de assumir o comando da Secretaria Municipal de Educação pela segunda vez, em 2005.

Suzana Guimarães Tripoli

É graduada em Pedagogia, com especialização em Administração e Supervisão Escolar, e em Comunicação Social, com especialização em Publicidade e Propaganda. É pós-graduada em Educação em Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e mestre em Educação, tendo publicado o livro “A arte de viver do adolescente”.

No Conselho Estadual de Educação de São Paulo é membro da Comissão de Educação a Distância e da Comissão de Planejamento. Desde 2002 é diretora voluntária na área pedagógica da Instituição AMEM (Associação do Menor para o Esporte Maior). Foi responsável pelo Departamento de Orientação Educacional do Colégio Objetivo de 1975 a 1979, e é diretora pedagógica da mesma instituição desde 1980. É membro da comissão organizadora de seminários sobre: alunos superdotados, educação à distância e ensino de qualidade.

Assim como outros conselheiros, é uma das instituidoras da Fundação Mário Covas. Participa da Soma (Sociedade Mobilizadora), que levanta fundos em eventos beneficentes da alta sociedade paulistana. É esposa do deputado federal Ricardo Tripoli (PSDB-SP).

Teresa Roserley Neubauer da Silva

Licenciada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo, mestre e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é especialista em educação pública, políticas educacionais e avaliação educacional. É consultora da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) desde 1991, consultora do

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1988 e colabora, desde 2004, com o Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe (PREAL).

Professora aposentada da USP, onde lecionou de 1988 a 2008, foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas (FCC) de 1975 a 2003. Recentemente desenvolveu juntamente com essa instituição ampla pesquisa solicitada pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) em São Paulo, Ceará, Acre e Paraná sobre a situação do Ensino Médio público nesses quatro estados brasileiros.

Foi Conselheira do Conselho Nacional de Educação de 2001 a 2004 e secretária estadual da educação de 1995 a 2002, no governo Mário Covas. No Conselho Estadual de Educação, teve um mandato em 1985-1986, durante o governo de Franco Montoro, e foi novamente nomeada titular a partir de 2009, no governo José Serra.

É sócia e presidente do Instituto Protagonistés, cujo vice-presidente é o conselheiro Mauro de Salles Aguiar. Alguns parceiros do instituto são o Consulado Geral dos Estados Unidos, a Fundação Lemann e a Fundação Victor Civita, além de diversas secretarias municipais de Educação.

O Instituto Protagonistés, em parceria com a Fundação Victor Civita, realizou convênio com a Secretaria Municipal de Educação para projeto de formação de diretores e supervisores de ensino. Duas atuais conselheiras suplentes (Neide Cruz e Cleide Bochixio) foram coordenadoras pedagógicas do projeto.

Rose também é sócia do conselheiro Hubert Alquéres na Empresa HMR Participações LTDA, que exerce atividades de incorporação de empreendimentos imobiliários. Em seu site, a

HMR afirma ter participação também no setor educacional e editorial.

A HMR é resultado de uma cisão em 2008 da Instituição Educacional Terra da Uva, atualmente Faculdade Pitágoras. Também foram sócios da Terra da Uva os conselheiros Guiomar Namó e Arthur Fonseca (saíram em 2006 e 2005, respectivamente).

Walter Vicioni Gonçalves

É pedagogo, especialista em planejamento e em educação profissional. Tem bacharelado e licenciatura em Pedagogia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, é pós-graduado em Administração e Planejamento da Educação pelo International Institute for Educational Planning (IIEP-França) e especialista em Gestão da Qualidade pelo Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (IMECC-Unicamp). Possui, ainda, certificado em Direção Estratégica e Planejamento Empresarial pela Escola de Administração de Empresa de SP (FGV) e é formado em Gestão de Programas de Cooperação Internacional pela Faculdade de Economia (FEA) e pelo Instituto de Estudos Avançados (IME) da USP.

No SENAI-SP, exerceu os cargos de Diretor de Escolas, Diretor de Organização e Planejamento e Diretor Técnico. No SESI-SP, assumiu o cargo de Diretor de Operações. Na área corporativa das duas instituições citadas, foi o responsável pela Coordenação de Gestão e Planejamento. Atuou como consultor do Banco Mundial no Projeto de Reorientação do Sistema de Formação Profissional do Marrocos. Atualmente é diretor regional do SENAI-SP e superintendente do SESI-SP.

Conselheiros Suplentes

Antonio Celso Pasquini

É vice-reitor do Centro Universitário São Camilo e diretor geral da União Social Camiliana, mantenedora do Centro.

Graduado em Ciências Agropecuárias pela Universidade Federal de Lavras (1985), tem também graduação em Pedagogia pela União das Faculdades Francanas (1986), especialização em Administração Hospitalar pelo Centro Universitário São Camilo (1999), especialização em Gestão Universitária pela Universidade São Marcos, mestrado em Administração de Serviços de Saúde pelo Centro Universitário São Camilo (1999) e em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002).

Educador com 30 anos de experiência no magistério, educação básica, ensino profissionalizante e superior, é conselheiro para assuntos econômicos e fiscais da ANEC (Associação Nacional de Educação Católica no Brasil) e conselheiro do Conselho Nacional de Assistência Social em terceiro mandato.

Cleide Bauabeid Bochixio

Educadora, é licenciada em Pedagogia com habilitações em Administração e Supervisão Escolar, e pós-graduada em Supervisão e Currículo pela PUC de SP. Foi secretária municipal de educação de Santo André (SP) de 2009 a abril de 2012.

Possui experiência no Ensino Médio com implantação de grêmio estudantil, orientação profissional e reformulação do currículo e organização pedagógica do curso, com projetos diferenciados para os alunos com dificuldade de aprendizagem, e no Ensino Superior como diretora acadêmica. Foi consultora do Banco Mundial para

o projeto Novos Padrões de Supervisão de Ensino, junto à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo em 1999-2000.

Professora e diretora, supervisora e dirigente regional de ensino na rede pública, implantou em Santo André a reorganização da rede de escolas com a participação dos representantes dos diferentes segmentos.

Na SEE-SP, trabalhou com capacitação para elaboração de planos municipais de educação entre 2003 e 2006 e na formação de gestores educacionais. Coordenou, em 2008, projeto de avaliação educacional junto a oito municípios do Vale do Ribeira pelo Protagonistés (Instituto de Protagonismo Jovem e Educação), onde foi também gerente de desenvolvimento de projetos de 2003 a 2006. Na Secretaria de Educação do Município de São Paulo, coordenou o programa de Formação Continuada de Diretores e Supervisores de 2006 a janeiro de 2007. É co-autora de Gestão Municipal e Gestão Escolar - Escola de A a Z, ambos pela Fundação Victor Civita, e Planos Municipais de Educação (2003) pelo Protagonistés.

Maria Elisa Ehrhardt Carbonari

Doutora em Educação pela Unicamp, é avaliadora institucional do INEP/MEC. É autora de artigos e livros publicados nas áreas da Educação, Pesquisas Acadêmicas, Responsabilidade Social – Sustentabilidade, Meio Ambiente e Gestão do Ensino Superior.

É vice-presidente de Programas Institucionais e sócia da Anhanguera Educacional Participações S.A., um dos maiores grupos de ensino privado do país. Além de sócia, é reitora do Centro Universitário Anhanguera (UNIFIAN), diretora da Anhanguera Publicações e Comércio de Material

Didático Ltda e pró-reitora acadêmica do Centro Universitário Ibero Americano (UNIBERO), do mesmo grupo. É esposa do presidente-fundador Antonio Carbonari Netto.

Neide Cruz

Foi professora e supervisora e atuou na rede pública estadual e municipal de São Paulo. Ocupou funções em órgãos da administração central das secretarias estadual e municipal de Educação, como orientadora pedagógica e educacional. É consultora educacional, tendo trabalhado para a Fundação Carlos Chagas, CENPEC, Fundação Bradesco, Faça Parte e FUNDAP.

Foi diretora da Divisão de Ensino de Segundo Grau da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica e da Divisão de Apoio e Supervisão das Escolas Técnicas da Rede Estadual. Atuou também como dirigente da Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional na SEE-SP e na assessoria da secretária da educação de 1995 a 2002.

Severiano Garcia Neto

É diretor 1º Vice-Presidente da APASE, o Sindicato dos Supervisores do Ensino do Magistério do Estado de São Paulo.

Fontes: CEE-SP, Lattes/CNPq, TSE, Junta Comercial de SP, LinkedIn, Sistema de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sites das instituições citadas.